

Aproximações entre Gestão Social e o Bem Viver Indígena a partir do Projeto Tessituras

Eduardo Vivian da Cunha¹

Mariana dos Santos Diniz²

Marília Ruana Nascimento Moura³

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo traçar um diálogo entre os elementos da gestão social e a filosofia indígena do bem viver através do Projeto Tessituras: Diálogos Sobre Gestão Social e Povos Originários. Buscamos apontar a aproximação, especialmente da Gestão Social enquanto campo do conhecimento científico, com os conhecimentos milenares dos povos indígenas.

Palavras-chave: *gestão social, bem viver, políticas públicas*

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo traçar um diálogo entre os elementos da gestão social e a filosofia indígena do bem viver através do Projeto Tessituras: Diálogos Sobre Gestão Social e Povos Originários. Buscamos apontar a aproximação, especialmente da Gestão Social enquanto campo do conhecimento científico, com os conhecimentos milenares dos povos indígenas.

Entendemos que este trabalho pode trazer contribuições para fomentar as discussões e ampliar o debate sobre Gestão Social dentro da academia. Com isso, o estudo em questão, se justifica como uma maneira de demonstrar que os elementos que dão fundamento à gestão

¹ Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professor efetivo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Coordenador da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS-UFCA). Email: eduardo.cunha@ufca.edu.br. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0438360365414621>.

² Bacharelada do curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Email: mariana.diniz@aluno.ufca.edu.br. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3518140656627918>.

³ Bacharelada do curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Email: marilia.moura@aluno.ufca.edu.br. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1585173274311929>.

social assemelham-se aos princípios do bem viver, apontados direta ou indiretamente na fala dos indígenas que participaram do projeto. O bem viver é uma filosofia dos povos originários das Américas, apresentando singularidades fundamentais que podem corroborar na compreensão de uma gestão social para além da que se tem hoje no meio acadêmico.

Uma segunda justificativa bastante importante é a necessidade de ampliar a presença indígena dentro dos meios acadêmicos. Isto se dá, para além da fundamental questão do acesso físico, ou seja, da inclusão dos indígenas nos diversos espaços de formação da universidade (cursos de graduação, pós-graduação, extensão etc.), também com o acesso do seu pensamento às formulações que são realizadas no meio acadêmico. Entendemos importante um processo de descolonização ou de *indigenização* do pensamento acadêmico, que tem sido, historicamente, pautado pelo modelo moderno-ocidental, portanto colonialista, de construção. Os movimentos/estudos que debatem a modernidade/colonialidade/decolonialidade têm trabalhado com a ideia do Giro Descolonial (BALLESTRIN, 2013).⁴

Falando um pouco da ação em questão, o Projeto Tessituras é financiado pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) e pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e está desenhado como uma ação de pesquisa e extensão com o propósito de justamente compreender o pensamento indígena e de inseri-lo na agenda da discussão sobre gestão social.

A metodologia que foi utilizada para construção deste texto parte de uma análise bibliográfica sobre gestão social e bem viver, além de análise qualitativa dos seminários realizados pelo uso do método indutivo, a partir da análise dos discursos proferidos pelos convidados indígenas aos encontros.

Este trabalho está estruturado em cinco seções, para além desta introdução: a seção de metodologia, na sequência, em que é abordada a descrição mais detalhada do projeto em questão e dos métodos utilizados para coleta e análise de dados; a seção “Sobre Gestão Social e Bem Viver”, em que são elencados elementos sobre os dois conceitos em referência; a seção “Dos Encontros Realizados” em que é apresentado o material de pesquisa, especialmente a

⁴ Segundo a autora (Ballestrin, 2013), o termo foi inicialmente cunhado por Nelson Maldonado-Torres em 2005, se refere à “basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (Ibidem, p. 105). É uma ideia-força que vem sendo amplamente aceita por pensadores latino-americanos, como pode-se perceber em diversas publicações dentro e fora do meio acadêmico, a exemplo do que pode ser percebido na coletânea organizada por Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) em que aparecem reflexões de diversos pensadores reconhecidos no debate do tema da descolonialidade.

síntese dos seminários realizados junto aos indígenas, que dão subsídio a este artigo, e a seção “Aprendizados sobre Gestão Social e Bem Viver a partir da fala dos indígenas”, em que é apontada uma possível correlação das falas dos convidados com os debates sobre Gestão Social e Bem Viver. Por fim, temos as considerações finais, em que aparecem os elementos de encerramento deste trabalho.

2. Metodologia

O Projeto Tessituras é uma iniciativa da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários – ITEPS, com o objetivo de fomentar e ampliar o debate sobre gestão social a partir do diálogo com indígenas, entre eles, pensadores, gestores, pesquisadores e lideranças de diferentes etnias do Nordeste e de outras regiões do país.

Inicialmente, o projeto foi pensado para ser realizado de maneira presencial, onde os convidados poderiam ter um contato maior com seus ouvintes, facilitando a comunicação e o aproveitamento dos conhecimentos passados em cada encontro. Porém, em decorrência da pandemia da COVID-19, todo o planejamento do projeto no que tange aos encontros e aos convidados, foram remanejados para o formato virtual. Os seminários foram realizados mensalmente durante os meses de agosto a dezembro de 2021, totalizando cinco encontros. Todos os encontros foram gravados e estão disponíveis de forma aberta na internet através da rede social YouTube⁵. Toda a análise realizada aqui é sobre este material disponível publicamente.

Estes encontros abordaram diversos temas contemporâneos e fundamentais para a compreensão do modo de vida desses povos, como políticas públicas indigenistas, educação, processos de tomada de decisão e a importância do território para essas culturas. A Tabela 1 abaixo destaca alguns elementos de caracterização destes encontros:

Tabela 1: Encontros realizados no âmbito do Projeto Tessituras

Data do encontro	Tema	Convidados(as)
09/08/2021	Políticas Públicas Indigenistas e Marco Legal	Weibe Tapeba , Vereador do Município de Caucaia, Advogado da FEPOINCE e

⁵ O link para o acesso ao canal é o que segue: <https://www.youtube.com/channel/UCj9NwcAxwNr2he7KwOIfdw>

		liderança Indígena
06/09/2021	Povos Indígenas e Relação com Território	Teka Potiguara e Itamar Tremembé , e as Psicólogas Zulmira Bomfim e Nara Maria , bem como as lideranças indígenas.
11/10/2021	Medicina Tradicional Indígena e a sua Importância para os Povos Originários	Makairy Fulni-ô , e Edinaldo Rodrigues (Xukuru)
08/11/2021	Democracia e Processo de Tomada de Decisão	Cassio Junior , indígena Xukuru-Kariri e Secretário Municipal da Cultura em Palmeira dos Índios/AL
13/12/2021	Saberes Indígenas: Processos de Transmissão de Conhecimento e Educação	Darlene Yaminalo da etnia Kurâ Bakairi e Coordenadora do Instituto Yukamaniru de Apoio às Mulheres Indígenas Bakairi,

A realização do projeto se deu com o intuito de, ao final de cada temporada de seminários, apresentar ao público um livro em formato e-book que reúna um apanhado das discussões feitas durante os encontros. Esse compilado foi feito através de transcrições detalhadas dos temas e falas apresentados nos seminários online. Desta forma, este artigo é o resultado da análise das falas proferidas pelos convidados, tomando-se como referência os conceitos de Gestão Social e de Bem Viver.

3. Sobre Gestão Social e Bem Viver

O tema gestão social tem sofrido (re)visitações, que vem transformando este conceito conforme modificam-se suas práticas e entendimentos na sociedade. Durante muito tempo, gestão social estava mais associada “[...] à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, de combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer naquelas relações de caráter produtivo”.

A partir disso, Cançado, Pereira e Tenório (2015) levantam alguns elementos que dão fundamento à gestão social como um campo do conhecimento científico. Nesse sentido, a gestão social tem sido compreendida como parte de um processo gerencial dialógico por meio do qual a autoridade decisória é distribuída entre os participantes da ação (ação que pode ocorrer

em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais). Desse modo, o adjetivo social que qualifica o substantivo gestão passa a ser entendido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos possuem o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2005, p.102). “Um processo de tomada de decisão coletiva, não hierárquico, baseado na democracia e no interesse coletivo dos participantes”. (CANÇADO, PEREIRA, TENÓRIO; 2015, p.15).

A gestão social está mais interessada nos pares sociedade e trabalho, em que a solidariedade seja a mola propulsora dos indivíduos que, unidos, consigam dialogar a partir da ótica da intersubjetividade “a gestão social deve ser determinada pela solidariedade. Portanto é um processo de gestão que deve primar pela concordância, em que o outro deve ser incluído e a solidariedade o seu motivo.” (TENÓRIO, 2005, p.103).

O termo bem viver, a partir de sua origem equatoriana, e de acordo com Salgado (2010), diz respeito a todo um modo de vida de um povo, um conceito que enfeixa uma visão de mundo e uma forma de se viver – o *sumak kawsay*. O termo evoluiu para o reconhecimento de que, de fato, ele se fundamenta em práticas tradicionais de diversos povos das Américas - que possuem elementos em comum do Alasca à Patagônia, como apontam Stumpf e Bergamaschi (2016) - e incorpora princípios, cosmovisão e formas de vida comuns entre tais povos.

Em síntese, a filosofia indígena do bem viver encara o ser humano como parte da natureza e não sob um viés antropocêntrico; a comunidade e os aspectos de desenvolvimento comunitário, como a reciprocidade, a partilha e outros fatores assumem aspecto central; a terra é vista como mãe, uma cuidadora que oferece todos os elementos necessários para a coexistência; e a natureza é um sujeito, todos os seres vivos são dotados de personalidade e dignos de serem considerados neste sentido; e, há um sentido de espiritualidade que permeia todas as ações e relações humanas.

O bem viver como paradigma se fundamenta sob uma visão holística do mundo em que tudo que existe está correlacionado, por tanto, valoriza o conhecimento adquirido pela experiência vivencial, integrando emoções, espiritualidade e mente. Reconhece a emotividade, os sentimentos e a subjetividade e enxerga os indivíduos como dependentes uns dos outros, valorizando assim o espírito de comunidade, o que promove a solidariedade, a redistribuição e a reciprocidade simétrica (SALAZAR, 2016).

4. Dos encontros realizados

Buscaremos nesta seção, a partir de elementos capturados nos debates promovidos pelos

seminários online em torno de temas fundamentais para compreensão da organização e modo de vida dessas culturas, partindo do pressuposto que existe uma semelhança conceitual entre gestão social, tal qual nos apresenta Cançado et al. (2015), e a filosofia indígena do bem viver, que se fundamenta sob uma outra matriz de pensamento. O processo se inicia por uma síntese de cada encontro, seguida por uma análise sobre sua relação com as temáticas do projeto (Gestão Social e Bem Viver).

Seminário 1: “Políticas Públicas Indigenistas e Marco Legal”

Segundo Weibe Tapeba, os Povos Indígenas no Brasil ainda sofrem muitas represálias, e algumas delas são reafirmadas pelo próprio Legislativo Nacional, como por exemplo a PL-490, que pretende acabar com a demarcação de terra indígena, a PEC-215, que transfere a responsabilidade de demarcação para o Legislativo, também burocratizando o processo e tornando impossível o seu avanço, concede anistia para a utilização das terras públicas da União, sob justificativa da PL-2633, conhecida também como a PL da grilagem. O sucateamento de políticas públicas que visem de fato assegurar os direitos indígenas estão sempre sendo postas em discussão, e na grande maioria dos casos, uma discussão que não favorece a quem deveria.

A luta pela Pachamama, ou mãe terra, é uma das lutas mais antigas que os povos indígenas enfrentam, mais recentemente contra a tese ruralista do Marco Temporal que está em julgamento no STF. Essa tese pretende restringir as demarcações de terras indígenas apenas àquelas que estivessem sob posse comprovada dos povos originários em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. A Carta Magna de 1988 já reconhece o direito dos povos indígenas à suas terras como um Direito Originário (Brasil, 1988), tendo em vista que a história desses povos não começa em 1988, eles já habitavam essas terras antes de o Brasil se constituir como Estado.

Ao depararmos com essas problemáticas, é de extrema importância buscar ouvir aqueles que lutam para mudar essa realidade. Neste caso, cabe-nos indagar como o movimento indígena, em especial o povo Tapeba, tem recebido todas essas questões, fazendo o espectador pensar em como tem sido esse processo de adaptação ou construção histórica com os governos dos mais diversos níveis.

O processo de tomada das terras brasileiras gerou um histórico de violência e tortura para os povos indígenas, que como consequência dessa invasão perderam seus territórios. Weibe retoma essa discussão quando menciona,

Todo mundo sabe que o processo de invasão do Brasil gerou um cenário de muita

violência com os nossos povos. O projeto colonial tinha por objetivo inicial a dizimação dos nossos povos como uma política de expansão territorial. Então os povos indígenas acabaram sendo vistos e encarados como inimigos pelas forças desse projeto colonial.

Com isto, ele evidencia que o problema entre o Legislativo brasileiro e os povos indígenas não surgiu recentemente. Ao contrário, está enraizado na nossa história de “colonização”, e ainda existe muita irredutibilidade por parte dos Governos em cessar essa guerra fria, que já dura muito tempo. Arelado a isso, foi falado sobre a ausência de representantes indígenas integrando o Legislativo brasileiro, sendo ele (Weibe) um dos poucos que ainda ocupam esse cargo.

Weibe chama a atenção para a tentativa de abrir espaço para que as políticas públicas indígenas sejam pensadas, analisadas e executadas de maneira eficaz.

O conferencista segue apontando que a visão do não-índio sobre a cultura indígena no Brasil ainda é marcada pelo racismo, a partir do momento em que os territórios indígenas são comumente taxados como locais de rituais de pecado, principalmente pela cultura da evangelização em massa. Além disso, é comum o estereótipo que um indivíduo indígena não pode ter acesso a itens básicos como saúde e educação de qualidade, meios eletrônicos e internet em suas aldeias.

Ademais, foi falado sobre a problemática nas demarcações de terras indígenas. O território é um lugar sagrado não só porque nele se encontram suas moradias, mas por ser um espaço de encontro com a natureza e as sabedorias ancestrais. Com o avanço das tomadas de terras para o cultivo do agronegócio e da pecuária por todo o país, esse vínculo vem se tornando cada vez mais estreito. Weibe menciona que “[...] 495 terras indígenas que estão na fila aguardando o primeiro ato do Governo Brasileiro de contratar um grupo de antropólogos para iniciar o processo de demarcação dos territórios indígenas e a gente não conseguiu nenhum”.

Tendo em vista os fatos mencionados, faz-se necessário que sejam elaboradas políticas públicas que visem assegurar que, o que já foi conquistado como direito, não seja mais uma vez tomado desses povos.

Os povos indígenas do Brasil vêm fazendo sua parte, se articulando e buscando seus direitos perante o Estado, mas é preciso fazer com que o governo e a sociedade entendam e se juntem a essa luta. A luta pela terra é a mãe de todas as lutas, é preciso demarcar o espaço das redes para dar mais visibilidade às causas indígenas e que essa luta possa ser a luta de todo o povo brasileiro.

Seminário II: Povos indígenas e relação com o território

A discussão sobre o território se deu com as Psicólogas Zulmira Bomfim e Nara Maria, bem como as lideranças indígenas Teka Potiguara e Itamar Tremembé. Este seminário discutiu como o território influencia a vivência indígena, mediado também pelo debate sobre a Psicologia Ambiental.

É importante ressaltar que o território vai além do conceito geográfico preestabelecido, “território” não é apenas terra, é identidade e ganha um viés simbólico quando pensado pelo olhar das crenças religiosas de cada povo. Quando falamos que o território também é simbólico, é referente ao fato de que ele não é só físico, como também uma construção afetiva. Milton Santos (1994) ao tratar do território sob esse viés, estabelece um outro conceito o qual ele denomina “territorialidade”, ou, uma instância social que mostra as relações de um indivíduo no lugar; relações de poder, vulnerabilidades, dominação e extensão da vida. O território na visão de Santos é dinâmico e culmina em um conjunto de possibilidades, já a territorialidade é uma vivência inseparável da nossa história, ocupação e pertencimento afetivo de um lugar. Além disso, é imprescindível lembrar que o Estado faz uso do território como arma ao utilizá-lo na disputa ou na conquista de outros territórios.

Do ponto de vista indígena, a terra não é apenas um espaço de moradia, mas também de acolhimento. Como citado por Itamar Tremembé, que também compôs a banca,

O território é o universo, é um universo onde nós colocamos o território Tremembé aqui do Córrego João Pereira, Terra aqui eu pertencço. Porque há uma diferença muito grande quando se fala de terra e território no mundo não índio. Ao falar de território você tem que ter uma intimidade com a terra e com o território em que você vive. E o não índio ele descarta a terra justamente por falta dessa intimidade, por falta dessa compreensão que são duas coisas que não se separam, o homem e o território em que ele vive. Não é por acaso que nós chamamos o nosso território de nossa mãe. E sendo nossa mãe nós vamos tratar ela de tal maneira que jamais vamos prostitui-la. O mundo branco, o mundo não índio, faz essa prostituição muito rápido. Porque dentro da sua lógica de ver a Terra, eles só veem negócios, eles não veem vida.

O território pode ser construído e desconstruído inúmeras vezes e pode vir a ganhar um novo significado sempre que ocupado por indivíduos diferentes, deixando de ser deduzido apenas como espaço físico preestabelecido pela geografia e sendo enxergado também como expressão social e espaço de luta em defesa de uma identidade. Essa discussão está diretamente ligada com o movimento contra a tese do Marco Temporal que enxerga o território apenas enquanto espaço de produção, comércio e forma de se obter vantagens e lucro.

Como citado anteriormente, o território ganha um novo significado de acordo com aqueles que o habitam. Ao encararmos o sentido do território a partir do olhar indígena, é imprescindível enxergar a terra como elemento vivo, dotado de intencionalidade e com arquétipo maternal. Faz-se necessário que o não índio adote outro estilo de vida que os aproxime da terra, revolucionando seus valores, costumes e sua relação com a natureza.

Seminário III: Medicina Tradicional Indígena e a sua Importância para os Povos Originários

Dando continuidade aos seminários, recebemos para falar sobre o tema “Medicina Tradicional Indígena e a sua Importância para os Povos Originários”, Makairy Fulni-ô e o psicólogo e indígena Edinaldo Rodrigues. O objetivo desse seminário foi o de entender como a medicina tradicional da floresta é utilizada por esses povos para cura física e espiritual, buscando desmistificar a visão do não-índio sobre o assunto. Buscamos entender também como o Estado têm negligenciado os direitos na área da saúde para as comunidades indígenas.

Quando falamos em medicina tradicional, logo remetemos a concepções estereotipadas como feitiçaria, rituais de malefício etc. Tais concepções são reforçadas pela civilização moderna que despreza todo tipo de sabedoria ancestral, pelos grupos de interesses associados às indústrias farmacêuticas, pela grande mídia, entre outros.

Para os Fulni-ô existem várias medicações que são utilizadas para cura física e auxiliam a medicina tradicional dos povos não nativos. Como por exemplo a chamada pelos povos dessa etnia como a “medicina mãe”, a Jurema. O uso desta planta traz um trabalho físico e um trabalho espiritual, o trabalho espiritual está relacionado a cerimônias em grupo para a cura de enfermidades espirituais. Já o uso físico é mais relacionado ao uso para a cura de inflamações.

Como citado por Makairy,

A Jurema em si é uma medicina muito mãe, bem protetora, e é uma medicina muito curativa. Aqui a gente tem exemplos de índios que foram curados com a Jurema de tumores, uma coisa que foi levada até a Universidade Federal de Pernambuco para ser avaliada, onde foram curados através da medicina da Jurema. Quando falamos de medicina sabemos que não é necessário somente a terra bem-produzida, é necessário o sol, é necessário a água, as pedras, a chuva; é tudo um complemento de elementos que dá a força para aquela medicina. Como a gente gosta de explicar, somos apenas instrumentos que aprendemos com a espiritualidade, com a ancestralidade, com os anciãos de como o manuseio para cada medicina.

Atrelado a isso, é importante atentarmos a preservação das matas, onde são retirados

todos os insumos para a produção da cura originária. Com o aumento do desmatamento para o cultivo de alimento e pasto para a indústria bovina, os povos tradicionais que moram nas florestas, têm sido cada vez mais prejudicadas e impedidos de realizar o uso da medicina tradicional. Outra questão que acaba sendo uma problemática para esses povos exercerem plenamente suas culturas, é demonização por parte dos não índios dos rituais de cura espiritual como o Ouricuri, a cafurna e o toré, que são vistos como ritos malignos.

Makairy segue afirmando que:

Além das plantas, uma das principais coisas que a gente utiliza nos rituais de cura é o cântico, pois o cantar já é considerado como medicina. Para o povo Fulni-ô existe o cantar, a força do cântico, como a força do dançar, utilizando suas canções, seus rezos nativos, utilizando o maracá e o pisar no chão. Só aquele pisar no chão você já sente aquela energia, aquela força nativa. O maracá é aquele que bate o ritmo, você sente na alma e no espírito. Então nos trabalhos e nos rituais xamânicos existe tanto o cantar como o próprio falar, o próprio dialeto em si.

Corroborando com a discussão, o psicólogo Edinaldo Rodrigues da etnia Xukuru, define a discussão sobre a medicina tradicional como uma maneira de aproximar os dois mundos e entender melhor como ela se dá. A maioria dos processos terapêuticos tradicionais se dão de forma muito silenciosa dentro do povo, dificultando que o profissional não indígena ao adentrar nas aldeias, consiga perceber onde estão se dando e como estão se dando os itinerários terapêuticos, principalmente se ele não tiver uma abertura para fazer, para dialogar sobre essas práticas e saberes. Segundo o psicólogo,

A gente sabe que a luta dos povos indígenas para conquistar de alguma forma uma política de saúde, ela vem junto com a democratização da saúde aqui no Brasil com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir de todo um diálogo, a partir das conferências que dialogam os modelos de saúde adequado às comunidades indígenas, principalmente as que houve um protagonismo enorme das lideranças indígenas nesse processo, até chegar ao subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas que carrega como principal carro-chefe a atenção diferenciada que é justamente práticas e saberes apresentadas pelo parente. É preciso que esses espaços de diálogo com esses saberes tradicionais sejam postos”.

A grande problemática da disponibilização de políticas de saúde nas comunidades indígenas, é o fato de que essas políticas se constroem com subsistema específico e diferenciado justamente para atender essa necessidade, mas em contrapartida vem muito na lógica de uma política generalista, quando os modelos de organização da saúde indígena não se diferenciam dos modelos do SUS. É importante perceber que esse lugar específico e diferenciado precisa

ser muito bem observado por quem vai promover saúde, para não neutralizar ou apagar os modos de vida e de promoção dos itinerários terapêuticos das próprias comunidades.

É imprescindível que haja a elaboração de políticas públicas que possam acolher a saúde indígena, sem apagar suas raízes tradicionais, mas buscando maneiras de associar os dois vieses medicinais na promoção de tratamentos, bem como a disponibilização de espaços adequados que possam receber as comunidades, fazendo com que elas não se sintam tiradas de suas culturas.

Seminário IV: Democracia e Processo de Tomada de Decisão

O quarto seminário foi realizado com a presença de Cássio Junior, indígena Xukuru-Kariri e Secretário Municipal da Cultura em Palmeira dos Índios/AL. O tema deste encontro foi "Democracia e Processo de Tomada de Decisão", que teve como objetivo discutir o lugar do indígena dentro da esfera pública, bem como entender seus processos internos de tomada de decisão. Atrelado a isso, buscamos entender também como os conceitos de esfera pública e deliberação, tratados por Habermas e considerados pilares basais no que diz respeito a gestão social, são encarados dentro do território Xukuru-Kariri.

É notório que a participação social sempre foi monopolizada por aqueles que detinham o poder. Inicialmente, o conceito de esfera pública foi pensado para suprir os interesses da sociedade burguesa que usufruía de muitos privilégios e contava com aporte do Estado para resolver assuntos tanto de cunho individual quanto coletivo. Isso porque esse grupo social detinha dos recursos necessários para obter uma educação de qualidade, aprendendo a ler e a escrever e dispondo dessa forma de senso crítico. Na Grécia antiga, apenas homens nascidos em Roma e alfabetizados poderiam ocupar um lugar na esfera pública como cidadão ativo.

Durante a ditadura militar, milhares de lideranças indígenas foram perseguidas pelo Estado, o que culminou na necessidade dessas comunidades se organizarem internamente com o intuito tanto de afirmar seus papéis sociais quanto de assegurar suas vidas.

Cássio cita em um determinado ponto do debate que,

Devido aos impactos da colonização, devido os impactos que essa política causa nos nossos territórios, nós indígenas fomos obrigados a nos inserir nesses espaços que não são tradicionais nossos, são espaços coloniais também. Mas nós precisamos, nós enxergamos a necessidade de fazer essa luta, de fazer esse combate por dentro, mas existem outros espaços de tomada de decisão que são internos.

Essa resistência contra os povos indígenas por parte do Estado, corrobora com a ideia

de que o lugar do indígena não é na esfera pública, nos fazendo refletir quem deve se apropriar desse espaço. No que concerne à gestão social, (CANÇADO et al, 2015; TENÓRIO, 1998) afirmam a necessidade do nascimento de uma nova Esfera Pública que consiga unir a população à política, a fim de que essa gestão social de fato aconteça dentro de um espaço público de debates e possibilidades de uma participação democraticamente deliberativa.

Tendo em vista que o cenário político brasileiro tem sido historicamente dominado por uma elite e seus projetos políticos de dizimação e integração das vidas e das culturas tradicionais, é de suma importância a presença de povos e representantes indígenas na arena pública e nos espaços de deliberação, se apropriando de todos os espaços institucionais possíveis e reafirmando suas pautas e seus lugares de direito como donos originários da terra. Sem contar que as comunidades indígenas ocupam um lugar de suma importância no que tange às discussões sobre preservação climáticas e ambientais.

Nas palavras de Cássio,

Então por isso a necessidade de se inserir a população indígena nos mais diversos espaços de tomada de decisão, seja no Parlamento Municipal na Assembleia Legislativa, na Câmara dos Deputados, seja no encontro das partes sobre mudanças climáticas, seja nos conselhos municipais, mas para além disso.

Seminário V: Saberes Indígenas: Processos de Transmissão de Conhecimento e Educação

O quinto e último seminário dessa primeira fase do projeto, contou com a presença da indígena Kurâ Bakairi e Mestre em Educação Escolar Indígena, Darlene Yamin para falar sobre o tema “Saberes Indígenas: Processos de Transmissão de Conhecimento e Educação”. O objetivo desse encontro foi discutir a respeito das políticas públicas de educação tanto no contexto governamental quanto atinente ao uso de pedagogias alternativas, as chamadas interculturalidades, tão necessárias para abranger a demanda social em todas as suas dimensões.

A educação escolar nas comunidades indígenas sempre foi incentivada com a justificativa da alfabetização. A real problemática nessa questão, é que junto com a alfabetização vem a retirada do idioma tradicional da comunidade, fazendo com que suas raízes culturais sejam esquecidas. Além disso, a dificuldade em se ter escolas de qualidade nas comunidades também corroboram com essa problemática, uma vez que o deslocamento das aldeias até uma escola mais próxima exige mais que a vontade de estudar, fazendo com que os

próprios indígenas construam escolas improvisadas nos seus territórios, focadas principalmente na alfabetização dos demais membros da comunidade.

Para além disso, a transmissão de conhecimento nas aldeias não acontece somente na escola, pois cada povo possui seus costumes e rituais que são passados de geração em geração, mantendo as tradições vivas. Segundo Darlene,

Então eu vejo que a transmissão de saberes indígenas está muito ligada ao dia a dia do fazer, mas há aquela educação mais sistematizada né. Nós somos de uma tradição que forma a gente, forma o corpo na reclusão. As meninas, as mulheres quando vem sua primeira menstruação elas ficam em estado de reclusão. Então é a educação é feita a partir dessa mudança do corpo né, onde a gente vai aprendendo a tecer redes. [...] então, a educação é feita com dor também, porque a gente fica reclusa, a gente durante o período da menstruação mesmo né, que as mulheres vão entender isso, e quando a gente...o no nosso sistema cultural Bakairi, a gente não come né, para que a gente possa sentir exatamente o corpo da gente.

Essa transmissão de conhecimento está diretamente ligada aos temas tratados anteriormente, pois através do conhecimento sobre a cultura originária, as relações com a medicina e com o território começam a se formar nas comunidades.

Ademais, é importante mencionar que os saberes indígenas foram se perdendo ao longo do processo de colonização, fazendo com que a prática de rituais fosse vista e associada com o mal. Esses costumes trazidos historicamente pelos ancestrais colonos, vem mudando aos poucos, uma vez que atualmente já existem povos indígenas que priorizam o ensino da língua originária, tendo o português como idioma secundário. Essa retomada se torna importante a partir do momento em que esse resgate histórico é feito e conservado pelos novos líderes, mesmo com toda a repressão do Estado e da religião.

O grande desafio para as escolas indígenas é obter um material específico para o ensino das línguas originárias. É muito importante que haja o compilado de saberes indígenas em livros, pois com o conhecimento prévio sobre plantas, sobre histórias, sobre os animais, o repasse de informações por parte dos professores se tornaria mais acessível. Não é fácil exercer o poder da educação quando o próprio Estado não se preocupa em manter viva a cultura indígena no país, deixando com que cada vez mais esses saberes ancestrais caiam no esquecimento. É vital que os povos indígenas continuem lutando pelos seus direitos não só na educação, mas em todos os quesitos que tocam a sua existência até os dias de hoje.

5. Aprendizados sobre Gestão Social e Bem Viver a partir da fala dos indígenas

A partir da análise das falas acima, é possível identificar dois níveis de aproximação do contexto/falas dos indígenas com a gestão social. O primeiro deles é no que se refere à questão temática. Aparecem com frequência questões que são tratadas de maneira relativamente central dentro dos debates que acontecem no campo da Gestão Social. Assim, vemos pontos ligados às políticas públicas, especialmente indigenistas, como a questão da saúde, levantada por Ednaldo Xukuru, da educação, trazida por Darlene Taukane, e do marco legal, levantada por Weibe Tapeba. Quando tratamos de gestão social, por sua vez, há uma vasta literatura que aborda a discussão das políticas públicas a partir do seu viés (gestão social), seja como um tipo de gestão de “políticas voltadas ao social”, visão considerada por alguns autores como não definidora mais precisa da gestão social (FRANÇA FILHO, 2007), seja na visão desta como um definidora de outro tipo de gestão, ou seja, como um qualificador da forma de fazer política pública, a partir das discussões, por exemplo, dos mecanismos de participação e controle social.

Outro tema que aparece de forma central nas questões apontadas pelos(as) indígenas é o do território, tema em torno do qual se levantam questões na fala de praticamente todos os palestrantes. Nestas, aparecem principalmente pontos relacionados com a identidade, ligada ao território, e com a luta pelo direito ao uso dos territórios tradicionais de cada povo. Quando tratamos da gestão social, o tema aparece, sobretudo, relacionado à questões como o “desenvolvimento territorial”.

O segundo nível de aproximação com a gestão social seria, então, o conceitual. De fato, os/as indígenas chamados para o debate não articulam diretamente o conceito de gestão social, mas podemos fazer uma leitura, a partir das suas falas, de elementos que caracterizariam uma gestão social, e que podem contribuir para o seu campo de estudos.

Neste ponto, a mediação do conceito de Bem Viver pode se apresentar como particularmente útil. Conceitos como a democracia, dialogicidade, intersubjetividade, racionalidade comunicativa, bem comum, esfera pública e emancipação, elementos característicos da gestão social (CANÇADO et al, 2015) são facilmente evidenciados na fala dos convidados. Talvez os principais elementos de diferenciação se dão no como estas categorias se expressam a partir da prática indígena. Os processos que acontecem em uma aldeia são, neste caso, permeados fortemente por saberes ligados às práticas ancestrais.

Aparecem, então, novamente, as questões do território como identidade cultural e espiritual, o que caracteriza tipicamente as práticas do Bem Viver, segundo Hidalgo-Capitán,

Árias e Ávila (2014). Estes autores afirmam que as práticas do *Sumaq Kawsay* (equivalente *Kichua* para o Bem Viver) se dá segundo duas dimensões, sendo uma delas a territorial^[3], a concreta, onde se expressam os elementos materiais e espirituais do povo indígena; o bom relacionamento com este lugar seria, assim, um elemento central para a expressão do Bem Viver.

A própria noção de democracia assume uma perspectiva muito própria quando se trata de povos indígenas. A participação se dá na relação direta das lideranças com as demais pessoas; assim, o que predomina é uma participação direta, no formato da “escuta”, em que este líder é compelido a perceber e entender a vontade coletiva de forma a ser legitimado na sua posição. O que se dá aqui é o processo de aceitação coletiva do papel e da pessoa do(a) líder, conforme destaca Menon (2019), ao estudar liderança indígena. Além disto, a forma como o diálogo e a participação se dão no contexto indígena está muito ligada à própria construção da subjetividade/intersubjetividade que está fortemente ligada à ideia de reciprocidade (ZAMBRANO, PÁUCAR, 2014), à comunidade (STUMPF, BERGAMASCHI, 2016) e ao já referido território.

Cabe explorar, também, neste debate, a construção do que seria uma “esfera pública indígena” (e/ou indigenista) e quais as características ela assume. Ao tratar do tema da luta por direitos, especialmente na fala do primeiro seminário, surgem elementos que apontam para a organização do movimento indígena. Aqui, também, assumem-se contornos específicos, dado pelo tema das reivindicações ou dado pela forma, dotada de especificidades, em que os indígenas se organizam na luta pelos seus direitos.

O tema da emancipação, que aparece de forma bastante central na gestão social, especialmente em função dos seus propósitos (pensando-a como prática) (Cançado et al, 2015) e das suas influências a partir da teoria crítica (pensando-a como discussão teórica), também merece atenção a partir das falas dos indígenas. Ficam evidentes os processos históricos de espoliação da sua cultura, do seu modo de viver e do seu território (embora tradicionalmente, a concepção de uso do território se diferencie muito da ideia de “posse” trazida pelo contexto moderno-ocidental), o que é apontado com frequência nos discursos dos convidados, e, de fato, é fácil de se reconhecer a partir da veiculação em diversos meios de comunicação. Neste sentido, Boaventura Souza Santos (2007) propõe um certo deslocamento do olhar quando se faz uma leitura dos povos oprimidos no contexto do Sul Global (como é o caso dos indígenas e de outros), que estão expostos a uma situação diferente dos povos do norte: a migração da discussão sobre a dicotomia emancipação/regulação para a apropriação/violência.

6. Considerações Finais

Entendemos que existe um diálogo muito profícuo a ser realizado com povos indígenas, a partir das temáticas que a gestão social evoca. Essas temáticas que são críticas e que procuram questionar algumas das questões que nos são postas, como as relacionadas à propostas de inclusão, de democracia, de participação e de empoderamento. Procuramos trazer neste texto, alguns destes elementos para a discussão, já que entendemos que estão presentes nessas culturas desses povos tradicionais, que ainda têm muito a nos ensinar.

Entendemos também que este texto apresenta uma reflexão inicial sobre o tema. O projeto em tela tem servido como oportunidade para abrir caminhos para a exploração das práticas indígenas tendo-se em vista questões que envolvem a gestão social. Ainda permanece em aberto a compreensão mais profunda destas práticas, em especial na sua relação com o campo da gestão social. Na seção 5, buscamos correlacionar alguns destes pontos, apontando possíveis caminhos para um aprofundamento.

Na perspectiva de construção dessa pesquisa, é imprescindível a participação de pensadores, gestores, pesquisadores, indígenas em diálogos com aqueles que têm pensado e agido em torno do conceito da gestão social na academia. Nós acreditamos que o conhecimento construído no contexto dos territórios e na luta política dos povos indígenas, fornecem importantes elementos, porque se fundamentam sobre uma outra matriz de pensamento, diferente da matriz de pensamento moderna ocidental, que é o que dá fundamento ao nosso pensamento científico.

Existe ainda a questão de todas as dificuldades reiteradamente apresentadas nas falas dos(as) indígenas, que se referem à questões como manter algumas práticas tradicionais, sua cultura, espiritualidade, forma de educar as crianças, forma de viver em comunidade, que surgem especialmente do contato com o mundo moderno-ocidental e sua forma agressiva (e frequentemente violenta) de interagir com os povos indígenas. Esperamos também que um trabalho como este possa ajudar de alguma forma nesta luta tão difícil e tão bravamente sustentada, por muitos anos, por estes povos.

Referências

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** (11) • Ago 2013 • <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos Teóricos Da Gestão

Social. In **Desenvolvimento Regional em Debate**. v. 5, n. 1, p. 4-19, jan./jun. 2015

CASTRO-GÓMEZ, S., GROSGOUEL (2007). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

FRANÇA FILHO. Genauto C. Definindo Gestão Social. **Anais I Enapegs**, 2007.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; ARIAS, A.; ÁVILA, J. El pensamiento indigenista ecuatoriano sobre el Sumak Kawsay. In Hidalgo-Capitán, A. L., García, A. G., & Guazha, N. D. **Sumak Kawsay Yuyay**: Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay. Universidad de Huelva. 2014.

MENON, R. A. **Estratégias Psicossociais de Resistência das Lideranças Indígenas Avá-Guarani da Região Oeste do Paraná**: Uma Perspectiva Não-Gerencialista Na Área De Administração. Dissertação—[s.l.] UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. 2019. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7691873. Acessado em abril/2020.

SALAZAR, A. R.. **Teoría y Práctica del Buen Vivir**: Orígenes, Debates Conceptuales y Conflictos Sociales. El Caso de Ecuador. Tese de Doutorado - Universidad del Pais Vasco. 2016. Disponível em <http://hdl.handle.net/10810/19017>. Acessado em set/2020.

Salgado, F. (2010). **Sumaq Kawsay**: The Birth of a Notion? CADERNOS EBAPE. BR, 8, 11.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, 79, 71–94. 2007. Recuperado em 01 de abril de 2020, de <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

STUMPF, B. O., BERGAMASHI, M. A. Elementos espirituais, simbólicos e afetivos na construção da escola mbyá guarani. **Educação e Pesquisa**, 42(4), 921–935. 2016. <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201612158353>.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista De Administração**

Pública, 32(5), 7 a 23, 1998. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7754>.

ZAMBRANO, G. A. M., PÁUCAR, R. P. S. Visão Altermundialista do Paradigma do Bom Viver e Pensamento Ecosociocentrico em um Povoador Indígena no México. **Revista Hospitalidade**, XI(2), 24. 2014.